

Valor, terça 10-11-04

Um clima paradoxal

Colunista José Eli da Veiga



**JOSÉ ELI
DA VEIGA**

As relações entre conflitos políticos e controvérsias científicas são das mais misteriosas. Continuam obscuras até mesmo as circunstâncias em que surgiu o modelo no qual todos os cientistas se reconhecem: Galileu. A lenda do condenado por Roma, que simboliza o desafio da racionalidade ao obscurantismo católico, é uma bela imagem, que ainda tem serventia. Mas o que conta não é esse Galileu astrônomo, que tentou impor o heliocentrismo como a única doutrina verdadeira. O que vale é o Galileu dos dez últimos anos de vida, da física aplicada ao movimento. Seu anterior choque com a Igreja só postergou a adoção oficial da astronomia copernicana, que navegadores jesuítas já utilizavam às escondidas em travessias missionárias.

Quatrocentos anos depois, essa complicada relação entre ciência e poder está patente nos conflitos e controvérsias sobre o aquecimento global. Tanto nos Estados Unidos, quanto na Rússia, há colisão entre governo e comunidade científica. Chega a ser difícil dizer se a rejeição do Protocolo de Kyoto por George W. Bush foi mais traumática e humilhante para os pesquisadores americanos do que a recente adesão de Vladimir Putin para seus colegas russos. Um paradoxo que não tem sido suficientemente abordado pela mídia.

Ninguém duvida que o problema essencial da mudança climática seja o aquecimento provocado pelo efeito estufa. Nem que sejam gases, como vapor d'água, dióxido de carbono ou metano, os principais causadores do aumento da temperatura ambiente. Uma função que é, aliás, positiva. Se não ocorresse, a humanidade sequer existiria, pois a temperatura média do planeta seria 33 graus inferior. A questão, como se sabe, é outra: de tendência ao aumento excessivo nesse aquecimento. E a controvérsia se instala na avaliação da influência exercida pelas emissões provocadas pelas atividades humanas.

A idéia dominante nos meios científicos é que as atuais formas de crescimento econômico são as principais responsáveis pela aceleração do aquecimento. Uma tese repetidamente confirmada pelos relatórios do painel intergovernamental das Nações Unidas sobre mudança climática (IPCC). Ele reúne cerca de 80 dos principais especialistas na questão, e costuma ser referendado por mais de 2 mil cientistas, cujas linhas de pesquisa estão indiretamente ligadas ao pomo da discórdia.

A palavra certa é discórdia, porque há uma minoria que recusa a tese central do IPCC sobre a prevalência humana nas causas do aquecimento global. E dessa minoria, completamente isolada nos contextos americano e internacional, faz parte grande número de especialistas russos. Eles insistem que a queima de combustíveis de origem fóssil não é a principal fonte de dióxido de carbono na atmosfera. Não seriam, portanto, a principal causa do efeito estufa. Emissões de dióxido de carbono provocadas pelas atividades humanas não passariam de 7 bilhões de toneladas por ano, enquanto alcançariam 30 bilhões de toneladas/ano apenas as emissões resultantes de atividades vulcânicas nos oceanos. Mais importante: o aumento da concentração de dióxido de carbono estaria ocorrendo há pelo menos 300 anos e seria muito mais correlacionada às variações de comportamento do Sol do que às variações das atividades humanas. Exposição sintética dessa tese politicamente incorreta, além de minoritária, está no intrigante artigo de L.F. Khilyuk e G. V. Chilingar, publicado na revista científica "Environmental Geology" (2004, 46:970-979).

O Protocolo dá ao país situação privilegiada, por possuir vantagens comparativas em recursos naturais, e competitivas em tecnologia

A visão dos cientistas russos sofreu duríssimo golpe no início de novembro, quando coube a seu país fazer o gesto decisivo para que o Protocolo entrasse em vigor. Todavia, nada poderia ser mais enganoso do que supor que as inversas opções de Bush e Putin terão muita influência no desenrolar da controvérsia científica. Os dois agiram de acordo com mesquinhos interesses nacionais. Para a economia americana, a aceleração do aquecimento parece trazer mais vantagens do que desvantagens, mesmo que venha a ser catastrófica em outras partes do mundo. Para a Rússia, mais vale estar hoje de bem com a União Européia do que ajudar a temerária aposta de George W. Bush. E o respeito ao princípio da precaução também aconselha apoio ao Protocolo de Kyoto em vez de reforço à truculência unilateralista.

Nesse contexto, a atitude do Brasil não pode ser outra: deixar de lado a controvérsia científica, seguindo o exemplo dos EUA e da Rússia. Isto é, colocar em primeiro plano o interesse econômico nacional. Até porque o Protocolo dá ao país situação privilegiada, por possuir vantagens comparativas em recursos naturais, e competitivas em tecnologia.

Daí a importância dos "Fundamentos de uma Política Nacional sobre Mudanças do Clima", documento preliminar para a discussão pública, preparado por Fábio Feldmann e Rachel Biderman Furriela (Observatório do Clima, Rede Brasileira de ONGs e Movimentos Sociais em Mudanças Climáticas, Instituto Pró-Sustentabilidade). O objetivo do documento é auxiliar na definição de normas que possam preencher a lacuna legislativa referente ao objetivo último da Convenção sobre a Mudança do Clima: "Estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático, permitindo aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima, assegurando que a produção de alimentos não seja ameaçada e garantindo que o desenvolvimento econômico prossiga de maneira sustentável".

Não há certeza de que: a) as concentrações de gases-estufa na atmosfera possam vir a ser estabilizadas; b) a interferência antrópica seja decisiva; c) a produção de alimentos esteja ameaçada; ou d) o crescimento econômico e o desenvolvimento

possam prosseguir de maneira sustentável. Todavia, o que realmente interessa aqui é a retórica política e não a evidência científica. Ao Brasil só cabe fazer como a Rússia na adoção de uma política governamental que corresponda simultaneamente ao interesse nacional e ao princípio da precaução. Por sorte, no caso do clima isso é viável.

José Eli da Veiga, professor titular do departamento de economia da FEA/USP, escreve mensalmente às terças. Página Web:

<http://www.econ.fea.usp.br/zeeli>